



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS**



**PROJETO DE LEI Nº PL 1656 /2013**

**(Do Senhor Deputado Benedito Domingos)**

LIDO  
26/9/13  
M 1317  
Assessoria de Prorégio

**Dispõe sobre a obrigatoriedade da impressão nas notificações de multa de trânsito sobre o direito constante no artigo 267 do Código Nacional de Trânsito Brasileiro - CNTB, no âmbito do Distrito Federal.**

Setor Protocolo Legislativo  
Ph Nº 1656 /2013  
Folha Nº 01 BIA

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:**

**Art.1º** Fica obrigada á impressão do conteúdo do Artigo 267 do Código Nacional de Trânsito Brasileiro em todas as notificações e multas de trânsito emitidas no âmbito do Distrito Federal.

**Art.2º** A obrigatoriedade a que se refere o art. 1º aposto nas notificações e multas constará os seguintes dizeres: “Artigo 267 do CNTB - Poderá ser imposta a penalidade de advertência por escrito à infração de natureza leve ou média, passível de ser punida com multa, não sendo reincidente o infrator, na mesma infração, nos últimos doze meses, quando a autoridade, considerando o prontuário do infrator, entender esta providência como mais educativa.”

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

1

RECEBIDA EM 26/09/2013  
Assessor 12596



JUSTIFICAÇÃO

Setor Protocolo Legislativo  
PL Nº 1656 / 2013  
Folha Nº 02 BJA

O presente projeto busca fazer valer o direito implícito do bom condutor de veículo. O artigo 267 do Código Nacional de Trânsito Brasileiro (CNTB) é explícita a norma no qual beneficia o bom motorista, mas infelizmente poucos tem conhecimento devido à falta de publicidade. Vejamos:

“Artigo 267. Poderá ser imposta a penalidade de advertência por escrito à infração de natureza leve ou média, passível de ser punida com multa, não sendo reincidente o infrator, na mesma infração, nos últimos doze meses, quando a autoridade, considerando o prontuário do infrator, entender esta providência como mais educativa.”

A advertência do artigo 267 prevista no Código de Trânsito Brasileiro muitos já colocaram na internet, facebook, correntes de email, para limitar a “indústria da multa”, ou seja, gerar multas de trânsito para bons condutores.

A Penalidade de Advertência por Escrito não implica em cobrança de multa ou pontuação em carteira. Ela poderá ser determinada pela autoridade de trânsito, sendo enviada pelo correio, ou pedida pelo motorista que for multado.

Entre as infrações mais comuns são quando o carro para na via por falta de combustível, no qual a infração média implica necessariamente em 4 pontos na CNH e multa de R\$ 85,13. A leve resulta em 3 pontos e multa de R\$ 53,20. São infrações desse tipo, parar sobre a faixa de pedestres e dirigir sem portar os documentos do veículo nesse caso, vale lembrar, continua valendo a regra de retenção do carro até a apresentação do documento, o excesso de velocidade em até 20% acima do limite da via respondem por mais da metade das multas, artigo 218 Código de Trânsito Brasileiro.

O motorista que requisitar a troca de uma multa por advertência poderá requerer junto ao DETRAN o seu prontuário, comprovando que ele não é reincidente



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS**



naquela infração há menos de 12 meses, para anexá-lo como prova, sem ter que depender da consulta a ser feita pela autoridade de trânsito aos sistemas.

Ressalta que concessão da advertência depende além das regras de natureza da infração e não reincidência do motorista, de critérios de certa forma subjetivos. Por isso o Código diz que ela será aplicada "quando a autoridade, considerando o prontuário do infrator, entender esta providência como mais educativa".

O Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, publicou em 25/06/2012 a resolução nº 404 que entrou em vigor em janeiro de 2013, no qual prevê no "artigo 9º - em se tratando de infrações de natureza leve ou média, a autoridade de trânsito, nos termos do artigo 267 do CTB, poderá de ofício ou por solicitação do interessado, aplicar a Penalidade de Advertência por Escrito, na qual deverão constar os dados mínimos definidos no artigo 280 do CTB e em regulamentação específica."(...)

O projeto de lei requer informar aos condutores de veículos a existência do artigo 267 - Código de Transito Brasileiro e a resolução 404 Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, para limitar a "indústria das multas" e dar publicidade aos condutores a um direito pouco conhecido.

Sala das sessões

**Benedito Domingos**  
**Deputado Distrital - PP**

Seter Protocolo Legislativo  
PL Nº 1656 / 2013  
Folha Nº 03 BIA



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição

**Parâmetros de Pesquisa**

**Tipo de Proposição** : PL - Projeto de Lei  
**Ano** : 1991 a 2013  
**Palavra-Chave** : MULTAS DE TRÂNSITO  
**Data** : 01/10/13 13:44:53  
**Proposições Encontradas** : 33 **Tela** : 1/1

Obs. : Apenas as proposições marcadas serão impressas .

**Desmarca Todas**

- 1 : **PL-1926/1996** **Situação** : Sancionado
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 01/08/96  
**Norma** : LEI 1975/1998  
**Ementa** : AUTORIZA O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL A PARCELAR DÉBITO DE MULTAS DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : PARCELAMENTO.  
**Autoria** : CLÁUDIO MONTEIRO
- 2 : **PL-2826/1997** **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 01/04/97  
**Ementa** : ASSEGURA AOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES O DIREITO DE INTERPOR RECURSO ÀS MULTAS DE TRÂNSITO ANTES DA EFETIVAÇÃO DO RESPECTIVO PAGAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : DETRAN, (DF).  
**Autoria** : MARCOS ARRUDA
- 3 : **PL-3077/1997** **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 16/06/97  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO RECOLHIMENTO ANTECIPADO DE MULTAS DE TRÂNSITO NOS CASOS EM QUE ESPECIFICA.  
**Indexação** : VALORES, NOTIFICAÇÕES, VEÍCULOS, BATEDORES, CORPO DE BOMBEIROS, SOCORROS MÉDICOS, POLÍCIA, INFRAÇÕES, JARI.  
**Autoria** : RENATO RAINHA
- 4 : **PL-3181/1997** **Situação** : Prejudicado
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 11/08/97  
**Ementa** : ANISTIA OS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO DISTRITO FEDERAL DO PAGAMENTO DE MULTAS DE TRÂNSITO APLICADAS POR MEIO ELETRÔNICO 'PARDAIS' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : DEPARTAMENTO, TRÂNSITO, ESTRADAS E RODAGENS, DEVOLUÇÃO, MULTAS.  
**Autoria** : MANOEL DE ANDRADE
- 5 : **PL-4028/1998** **Situação** : Sancionado
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 02/09/98  
**Norma** : LEI 2106/1998  
**Ementa** : AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL, NO VALOR DE R\$ 2.873.984, 00 (DOIS MILHÕES, OITOCENTOS E SETENTA E TRÊS MIL, NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS.  
**Indexação** : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, DMTU, EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, MULTAS DE TRÂNSITO, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.  
**Autoria** : Poder Executivo
- 6 : **PL-4067/1998** **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 04/11/98  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO DE RECEITAS ARRECADADAS ATRAVÉS DE MULTAS DE TRÂNSITO APLICADAS COM A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS.  
**Indexação** : TRINTA POR CENTO TRATAMENTO DE POLITRAUMATIZADOS, SAÚDE, REDE PÚBLICA, DETRAN/DF, INÍCIO DE CADA ANO FISCAL, ACIDENTES DE TRÂNSITO, VÍTIMAS.  
**Autoria** : MARIA JOSÉ

Setor Protocolo Legislativo  
PL Nº 1656 / 2013  
Folha Nº 04 / 04



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição

- 7  : [PL-27/1999](#) **Situação** : Prejudicado
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 04/02/99  
**Ementa** : ALTERA A LEI Nº 1.909, DE 12 DE MARÇO DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE MULTAS DE TRÂNSITO.  
**Indexação** : ESTABELECE A DATA DE 31 DE MARÇO DE 1998, DETRAN/DF, DER/DF, UNIFORMIZAÇÃO DA VELOCIDADE NAS VIAS, JÁ EFETUARAM PAGAMENTOS SERÃO RESSARCIDOS, MEDIANTE REQUERIMENTO.  
**Autoria** : MANOEL DE ANDRADE
- 8  : [PL-154/1999](#) **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 15/03/99  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE O REPASSE DE PARTE DA RECEITA ARRECADADA COM A COBRANÇA DE MULTAS DE TRÂNSITO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.  
**Indexação** : FUNDO DE REEQUIPAMENTO DOS ORGÃOS INTEGRANTES DA SEGURANÇA PÚBLICA, LEI 1.026/96, DECRETO 17.981/97, VINTE POR CENTO, 20%, POLÍCIA CIVIL, SEGURANÇA PÚBLICA.  
**Autoria** : RENATO RAINHA
- 9  : [PL-221/1999](#) **Situação** : Vetado
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 24/03/99  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS DO IPVA COM CRÉDITOS DECORRENTES DE PAGAMENTO DE MULTAS DE TRÂNSITO CANCELADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : DETRAN, DER / DF, BRB.  
**Autoria** : ALÍRIO NETO
- 10  : [PL-952/1999](#) **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 02/12/99  
**Ementa** : ANISTIA AS MULTAS DE TRÂNSITO APLICADAS NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Autoria** : MARIA JOSÉ
- 11  : [PL-1231/2000](#) **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 27/04/00  
**Ementa** : ALTERA A LEI Nº 1975, DE 22 DE JUNHO DE 1998, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PARCELAR DÉBITO DE MULTAS DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : CINCO PARCELAS MENSAIS IGUAIS.  
**Autoria** : RENATO RAINHA
- 12  : [PL-2141/2001](#) **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 20/06/01  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE O PRAZO PARA A DEVOLUÇÃO DOS VALORES DE MULTAS DE TRÂNSITO PELO DETRAN-DF.  
**Autoria** : RENATO RAINHA
- 13  : [PL-2217/2001](#) **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 22/08/01  
**Ementa** : CANCELA MULTAS DE TRÂNSITO RESULTANTES DOS LIMITES ESTABELECIDOS A PARTIR DA ÚLTIMA RECLASSIFICAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Autoria** : WILSON LIMA
- 14  : [PL-2236/2001](#) **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 28/08/01  
**Ementa** : PROÍBE NO DISTRITO FEDERAL A TERCEIRIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO PREVISTAS NO CÓDIGO NACIONAL DE

Setor Protocolo Legislativo  
PL Nº 1656 / 2013  
Folha Nº 05 B/A



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição

- TRÂNSITO.**
- Autoria** : WILSON LIMA
- 15  : **PL-2329/2001** **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 10/10/01  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DAS MULTAS DE TRÂNSITO APLICADAS AOS VEÍCULOS QUE INTEGRAM A FROTA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Autoria** : CÉSAR LACERDA
- 16  : **PL-2369/2001** **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 10/10/01  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS VALORES DAS MULTAS DE TRÂNSITO ARRECADADAS NAS RODOVIAS DO DISTRITO FEDERAL.  
**Autoria** : ALÍRIO NETO
- 17  : **PL-2993/2002** **Situação** : Sancionado
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 05/06/02  
**Norma** : LEI 3011/2002  
**Ementa** : INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI Nº 1.975, DE 22 DE JUNHO DE 1998, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PARCELAR DÉBITO DE MULTAS DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : DOZE PARCELAS.  
**Autoria** : Poder Executivo
- 18  : **PL-3024/2002** **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 19/06/02  
**Ementa** : ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 1975, QUE 'AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PARCELAR DÉBITO DE MULTAS DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS'.  
**Indexação** : CEM REAIS.  
**Autoria** : AGUINALDO DE JESUS
- 19  : **PL-562/2003** **Situação** : Rejeitado
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 06/08/03  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE APLICAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Autoria** : IZALCI LUCAS
- 20  : **PL-662/2003** **Situação** : Rejeitado
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 19/08/03  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE A DEVOLUÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO PELO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.  
**Indexação** : DETRAN  
**Autoria** : PENIEL PACHECO
- 21  : **PL-718/2003** **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 28/08/03  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DOS VALORES ARRECADADOS A TÍTULO DE MULTAS DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Autoria** : ELIANA PEDROSA
- 22  : **PL-1094/2004** **Situação** : Apensado
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 02/03/04  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA RECEITA DA ARRECAÇÃO DAS MULTAS DE TRÂNSITO APLICADAS NO DISTRITO

Setor Protocolo Legislativo  
PL Nº 1656 / 2013  
Fecha Nº 06 BA



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição

- FEDERAL.
- Autoria** : AUGUSTO CARVALHO
- 23  : [PL-1165/2004](#) **Situação** : Arquivado
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 23/03/04  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DAS MULTAS DE TRÂNSITO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Autoria** : ODILON AIRES
- 24  : [PL-1434/2004](#) **Situação** : Prejudicado
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 04/08/04  
**Ementa** : ESTABELECE LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA A APLICAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO POR RADARES E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE AFERIÇÃO DE VELOCIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Autoria** : PAULO TADEU
- 25  : [PL-1435/2004](#) **Situação** : Rejeitado
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 04/08/04  
**Ementa** : ESTABELECE PRAZO PARA A COBRANÇA DE MULTAS DE TRÂNSITO NAS VIAS CUJO LIMITE DE VELOCIDADE TENHA SIDO REDUZIDO.  
**Autoria** : PAULO TADEU
- 26  : [PL-1811/2005](#) **Situação** : Vetado
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 30/03/05  
**Ementa** : ALTERA A LEI 1.975, DE 22 DE JUNHO DE 1998, QUE - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PARCELAR DÉBITO DE MULTAS DE TRÂNSITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS-.  
**Autoria** : ELIANA PEDROSA
- 27  : [PL-2296/2006](#) **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 07/02/06  
**Ementa** : ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 1º DA LEI Nº 3.075 DE 24.09.2002, QUE DISPÕE SOBRE MULTAS DE TRÂNSITO.  
**Indexação** : PRINCIPIO, CONSTITUCIONAL, TRATAMENTO DIFERENCIADO, VEÍCULOS, PROPRIEDADE PUBLICA, MULTA, TRÂNSITO, AMBULÂNCIA.  
**Autoria** : AUGUSTO CARVALHO
- 28  : [PL-2518/2006](#) **Situação** : Apensado
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 12/09/06  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE MULTAS DE TRÂNSITO NO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : PARCELAMENTO, MULTAS, TRANSITO,(DF),(IPCA),(IBGE),PARCELAMENTO DE DEBITO,  
**Autoria** : WILSON LIMA
- 29  : [PL-822/2008](#) **Situação** : Tramitando
- Localização** : CEOF  
**Leitura** : 22/04/08  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DE FUNDOS PARA RECOLHIMENTO DE TAXAS, MULTAS DE TRÂNSITO E RECEITAS DELEGADAS ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Autoria** : AYLTON GOMES
- 30  : [PL-828/2008](#) **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura
- Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 23/04/08  
**Ementa** : DISPÕE A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS COM RECURSOS PROVINIENTES DA APLICAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Autoria** : BRUNELLI

Setor Protocolo Legislativo  
PL Nº 1656/2013  
Folha Nº 07 BIA



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição

- 31  : **PL-73/2011** **Situação** : Tramitando  
**Localização** : ASSP  
**Leitura** : 02/02/11  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DOS VALORES ARRECADADOS A TÍTULO DE MULTAS DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Autoria** : ELIANA PEDROSA
- 32  : **PL-749/2012** **Situação** : Retirado  
**Localização** : Arquivo Intermediário - SPL  
**Leitura** : 08/02/12  
**Ementa** : DETERMINA QUE O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN - DF E O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DER DIVULGUEM TRIMESTRALMENTE OS VALORES ARRECADADOS COM MULTAS DE TRÂNSITO E SUA DESTINAÇÃO.  
**Autoria** : WASHINGTON MESQUITA
- 33  : **PL-1564/2013** **Situação** : Tramitando  
**Localização** : CSEG  
**Leitura** : 08/08/13  
**Ementa** : Dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação de vinte por cento do valor arrecadado com multas de trânsito para a modernização dos equipamentos e treinamento dos policiais civis e militares do Distrito federal.  
**Autoria** : PATRÍCIO

**LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.**

Institui o Código de Trânsito Brasileiro

Art. 267. Poderá ser imposta a penalidade de advertência por escrito à infração de natureza leve ou média, passível de ser punida com multa, não sendo reincidente o infrator, na mesma infração, nos últimos doze meses, quando a autoridade, considerando o prontuário do infrator, entender esta providência como mais educativa.

§ 1º A aplicação da advertência por escrito não elide o acréscimo do valor da multa prevista no § 3º do art. 258, imposta por infração posteriormente cometida.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se igualmente aos pedestres, podendo a multa ser transformada na participação do infrator em cursos de segurança viária, a critério da autoridade de trânsito.

Ao Protocolo Legislativo para indexação e, em seguida, ao SACP para conhecimento e providências protocolares, registrando a ocorrência de pesquisa ao Sistema Legis sobre o tema, e informando que a matéria tramitará em análise de mérito e admissibilidade, conforme dispositivos do RICLDF, na CDDHCEDP (art. 67, V, a – Art. 156), CESC (art. 69, I, g – Art. 156) e CCJ (art. 63, I).

Em, 1º/10/2013

**ITAMAR PINHEIRO LIMA**  
Chefe da Assessoria  
Mat.10.694

Sector Protocolo Legislativo  
PLC Nº 1656/2013  
Folha Nº 08 BIA